



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inquérito Civil nº: 0720.15.000204-9

Representante: Amauri Batista Marquezino

Representado: Antônio Vaz de Melo e outros

Área de Atuação: Patrimônio Público

Descrição do fato: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Guiricema e, concomitantemente, pagamento integral de salários pela Prefeitura Municipal de Guiricema aos agentes políticos que são servidores municipais efetivos e foram vereadores, nos anos de 2013 e 2014.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar eventuais irregularidades no pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Guiricema e, concomitantemente, pagamento integral de salários pela Prefeitura Municipal de Guiricema aos agentes políticos que são servidores municipais efetivos e foram vereadores, nos anos de 2013 e 2014.

Análise dos autos às fls. 1010/1022.

Parecer técnico da CEAT às fls. 1076/1092.

Relatório do feito às fls. 1707/1715.

Parecer Técnico-Contábil da CEAT às fls. 1867/1879.

Manifestação e juntada de documentos pelos representados às fls. 1893/2076.

Relatório do feito à fls. 2080/2081.

Ofício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais às fls. 2086/2097.

Parecer Técnico-Contábil da CEAT às fls. 1867/1879.

Devidamente oficiados, os representados apresentaram novos esclarecimentos às fls. 2120/2173.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Parecer ministerial às fls. 2176/2180 analisando o mérito e propondo TAC.

Manifestação dos representados Mauro Florentino, Leandro Rodrigues e Rafaela Alves de Souza à fl. 2185 solicitando reunião para tratarem dos termos do TAC proposto.

Termos de Ajustamento de Condutas assinados às fls. 2187/2201.

É o relato do essencial.

Como alhures apontado, trata-se de inquérito civil instaurado para apurar eventuais irregularidades no pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Guiricema e, concomitantemente, pagamento integral de salários pela Prefeitura Municipal de Guiricema aos agentes políticos que são servidores municipais efetivos e foram vereadores, nos anos de 2013 e 2014.

Neste período vigia na Câmara Municipal de Guiricema a **Resolução nº 05/2001** (fls. 556/557), que regulamentava o valor da diária e a exigência de relatório de viagem, não sendo necessário a apresentação de comprovantes de viagem (art. 3º).

Mesmo diante da Resolução mencionada, a CEAT reafirmou seu posicionamento no sentido de que, além da apresentação dos relatórios de prestação de contas, é imprescindível, a apresentação dos comprovantes da efetiva realização das viagens, ou seja, bilhetes de passagens aéreas/rodoviárias, controle de quilometragem e outros (fl. 1082).

No entanto, verifica-se que o diploma legal trazido a exame reveste-se de caráter normativo, ou seja, é uma instrução de caráter geral para que todos os interessados/envolvidos procedam de forma padronizada. E mais! A constitucionalidade da referida norma nunca foi questionada, tendo essa plena validade jurídica.

Logo, sendo constatado que alguns vereadores do Município de Guiricema, legislatura 2013/2016, cumpriram a Resolução nº 05/2011, vigente à época, o Ministério Público não pode considerar irregular a ausência de documentação não exigida nessa, sob risco de estar ferindo o princípio da separação de poderes.

Com efeito, o presente inquérito civil foi remetido três vezes à CEAT, que, após análise de diversos documentos juntados pelo Casa legislativa, Poder Executivo e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

representados, concluiu que houve irregularidades em uma diária, bem como alguns servidores municipais não tiveram seus dias de serviço descontados pelo Município de Guiricema ao realizarem viagens para tratarem de assuntos da Casa Legislativa.

Nessa seara, foi realizado uma minuciosa análise das irregularidades apontadas pela CEAT no **parecer de fls. 2176/2180**, tendo o Promotor oficiante à época concluído que três agentes políticos praticaram atos de improbidade administrativa e deveriam ressarcir os danos causados ao erário público, nos seguintes termos:

- **Rafaela Alves de Souza Miranda:**

Segundo a “Ata da 18ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Guiricema, MG, realizada no dia 30 de outubro de 2013, às dezenove horas e trinta minutos” (fls. 1141/1144 -Vol. 4), a outrora vereadora Rafaela Alves de Souza Miranda estava presente na reunião, tendo, inclusive, assinado a ata à fl. 1144.

No entanto, nos documentos das diárias de viagem usufruídas pela servidora nos dias 29 e 30 de outubro de 2013 (fls. 1920/1923), consta que Rafaela tirou uma diária no mesmo dia em que estava em uma reunião da Casa Legislativa.

Logo, não havendo nos autos provas robustas da efetiva realização da viagem do período mencionado, considera-se irregular o valor recebido por Rafaela, motivo pelo qual foi proposto um Termo de Ajustamento de Conduta, no qual a outrora vereadora se compromete a devolver a quantia de R\$284,70, devidamente atualizada, bem como a multa civil no mesmo valor do dano causado. O TAC foi assinado às fls. 2187/2191.

- **Leandro Rodrigues:**

Consta nos autos que o servidor municipal Leandro Rodrigues exercia concomitantemente o cargo de vereador, na legislatura 2013/2016, sendo que em alguns dias que usufruiu de diárias a serviço da Casa Legislativa não prestou serviços para Prefeitura de Guiricema, mas recebeu seu salário integral.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Segundo o parecer técnico da CEAT de fls. 2106/2109, o servidor Leandro declarou que os dias faltosos foram compensados no saldo de horas extras existentes, mas não houve a juntada de documentação comprobatória.

Em sua manifestação, o representado sustentou que *“a CEAT não verificou os períodos em que o representado esteve de férias em seu cargo efetivo junto à Prefeitura Municipal de Guiricema”*, limitando-se a juntar os seus contracheques dos meses de fevereiro e março de 2014. Nestes documentos não constam o período de férias do representando, não tendo como sabermos se as diárias foram usufruídas neste período.

Leandro Rodrigues também juntou aos autos aparentemente “escalas” de procedimentos realizados como técnico de enfermagem (fls. 2166/2173), não tendo esses “documentos” qualquer valor legal, uma vez que não constam datas, assinaturas ou qualquer tipo de informações.

Logo, ante a ausência de provas, conclui-se que o servidor público municipal Leandro Rodrigues, ao realizar viagens para tratar de assuntos da Casa Legislativa, não teve os dias de serviço descontados pelo Município de Guiricema, gerando prejuízo ao erário público.

Assim, foi assinado um TAC, no qual o servidor se compromete a ressarcir aos cofres municipais a importância de R\$737,56, bem como a pagar uma multa civil no mesmo valor do dano causado (fls. 2192/2196).

- **Mauro Florentino:**

Situação semelhante à supracitada envolve o vereador Mauro Florentino. A CEAT concluiu que o representado não comprovou documentalmente as alegações de que os dias faltosos no serviço municipal foram compensados por horas-extras.

Assim, foi proposto um TAC no valor de R\$112,59, com pagamento de multa civil de igual valor, sendo esse assinado às fls. 2197/2201.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Noutro giro, em relação aos demais representados, reitero a fundamentação do parecer de fls. 2176/2180 de que não foi constatado irregularidades no pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Guiricema, nem tampouco pagamento irregular pelo Município.

Ressalte-se que o representado Antônio Vaz de Melo estava sendo investigado pelo fato de ser o Chefe do Poder Executivo à época e suposto ordenador do pagamento integral dos salários dos servidores públicos que exerciam concomitantemente o cargo de vereadores, sendo acusado pelo vereador Marcos Antônio Ferraz de determinar apenas descontos em seu salário, porque eram inimigos políticos.

No entanto, tais denúncias não foram comprovadas nos autos, não havendo indícios de participação de Antônio Vaz de Melo nas irregularidades verificadas neste feito.

Ante o exposto, determino a **instauração de Procedimento Administrativo** para acompanhamento/execução das cláusulas dos termos de ajustamento de conduta firmados neste Inquérito Civil, devendo cópias dos TAC's instruírem tal procedimento.

Outrossim, considerando o teor do art. 6º da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 04, de 31 de outubro de 2018, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** do presente Inquérito Civil e **DETERMINO** sua remessa ao Conselho Superior do Ministério Público para a homologação do Termo de Ajustamento de Conduta que o fundamentou, devendo, antes, as partes interessadas ser cientificadas dessa decisão.

Visconde do Rio Branco, 29 de outubro de 2020.


Mateus Béghini Fernandes

Promotor de Justiça

